

A história da Ação Popular (AP) nas memórias de Ricardo de Azevedo*

Reginaldo Benedito Dias**

Resumo. O objetivo do presente artigo é analisar como a trajetória da Ação Popular (AP), importante organização da esquerda brasileira, é interpretada por Ricardo Azevedo, um de seus mais influentes dirigentes na segunda metade da década de 1970. O principal suporte da análise é o livro *Por um triz: memórias de um militante da AP*. A narrativa abarca o período de militância do autor na AP, compreendido entre 1968 e 1980. A análise irá cotejar o depoimento sistematizado pelo livro com um documento divulgado por Azevedo na época de seu desligamento da AP e com a documentação produzida pela organização no período referido. Trata-se de entender como ocorreu o complexo processo de elaboração da memória do agente político e de sua interpretação da história da AP.

Palavras-chave: Ação Popular Marxista-Leninista; Ditadura civil-militar brasileira; Esquerda revolucionária; Maoísmo; Partido dos Trabalhadores; Ricardo Azevedo.

The history of Popular Action (PA) in the memoirs of Ricardo de Azevedo

Abstract. The trajectory of Popular Action, an important organization of the Brazilian Left, as interpreted by Ricardo de Azevedo, one of the most influential leaders in the late 1970s, is provided. The book *Por um triz: memórias de um militante da AP* foregrounds current analysis. The narrative ranges from the period of activities of the author in PA between 1968 and 1980, and compares the deposition systemized in the book with a document published by Azevedo when he quitted the PA and with other documents produced by the organization during the same period. The paper investigates the manner the process of the elaboration of the memoirs by the political agent occurred and his interpretation of the PA history.

Keywords: Marxist-Leninist Popular Action; Brazilian civil and military dictatorship; Revolutionary Left; Maoism; Workers' Party; Ricardo de Azevedo.

* Artigo recebido em 21/03/2014. Aprovado em 11/07/2014.

** Professor do Programa de Pós-Graduação em História da UEM, Maringá/PR, Brasil: E-mail: reginaldodias13@gmail.com

La Historia de la Acción Popular (AP) en las memorias de Ricardo de Azevedo

Resumen. El objetivo de este artículo es analizar la interpretación de Ricardo Azevedo, uno de sus más influyentes dirigentes durante la segunda mitad de la década de 1970, sobre la trayectoria de la Acción Popular (AP), importante organización de la izquierda brasileña. El principal soporte de análisis es el libro *Por un hilo: memorias de un militante de la AP*. La narrativa abarca el período de militancia del autor en la AP, entre 1968 y 1980. El análisis cotejará el testimonio sistematizado en el libro, como un documento divulgado por Azevedo en la época de su desvinculación de la AP, con la documentación elaborada por la organización durante dicho período. Se intenta entender cómo ocurrió el complejo proceso de elaboración de la memoria del agente político y de su interpretación de la historia de la AP.

Palabras Clave: Acción Popular Marxista-Leninista; Dictadura cívico militar brasileña; Izquierda revolucionaria; Maoísmo; Partido de los Trabajadores; Ricardo Azevedo.

Preâmbulo

O objetivo do presente artigo é analisar como a trajetória da Ação Popular (AP), importante organização da esquerda brasileira, é interpretada por Ricardo Azevedo, um de seus mais influentes dirigentes na segunda metade da década de 1970. O principal suporte da análise é o livro *Por um triz: memórias de um militante da AP* (AZEVEDO, 2010). A narrativa abarca o período de militância do autor na AP, compreendido entre 1968 e 1980, “data em que - conforme suas palavras - encerro meu livro com a fundação do Partido dos Trabalhadores, na construção do qual me engajei” (AZEVEDO, 2010, p. 11).

É lícito lembrar que existem, dependendo da fase de que se participou e dos alinhamentos nas lutas internas, muitas disputas de interpretação sobre a trajetória da AP (DIAS, 2011). Para balizar o olhar do leitor, cabe descrever, resumidamente, alguns dados dessa história. Fundada em 1963, a AP caracterizava-se, inicialmente, pela construção de um projeto socialista humanista, influenciado pelo cristianismo, pelo existencialismo e pelo marxismo.

No contexto da ditadura civil-militar, redefiniu progressivamente seus objetivos e converteu-se ao marxismo-leninismo. Em 1968, aderiu à linha chinesa, ou seja, ao maoísmo. Tal definição acarretou uma cisão e a expulsão de membros da outra ala, próxima da influência da revolução cubana. Em 1971, sinal de sua transformação ideológica, passou a se denominar Ação Popular Marxista-Leninista (APML).

Na definição da estratégia revolucionária e da construção do partido de vanguarda, houve novas fases de luta interna. Em 1973, a maioria de seus militantes incorporou-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), por considerá-lo o partido de vanguarda do proletariado brasileiro. Outra ala buscou reorganizar a APML e atualizar sua pauta. No final daquela década, a APML esteve entre os agentes políticos que participaram do processo de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A narrativa de Ricardo Azevedo é particularmente densa e informativa sobre o período posterior à divisão de 1973, quando se eleva sua responsabilidade na estrutura de poder. Na fase de reconstrução, foi membro do Secretariado Nacional; em seguida, integrou o Comitê Central. Desligou-se da APML no início de 1980, quando decidiu ingressar individualmente no PT.

O autor alega que se motivou a escrever suas memórias porque foi alertado de que sua biografia militante reunia, de maneira pouco comum, três experiências relevantes: prisão, exílio (no Chile e na Europa) e clandestinidade. Além disso, concluiu que sua militância, no período destacado, confundia-se com a história da organização, sobre a qual, ponderou, havia poucos registros. Embora haja livros de memórias de outros militantes e dirigentes, não se conhece, no universo editorial, um depoimento tão detalhado e abrangente sobre os últimos anos da existência da APML, no final da década de 1970.¹

¹ Sobre esse período, conhecia-se, fundamentalmente, a sintética e informativa entrevista concedida por Jorge de Almeida a um livro de Marta Harnecker (1994), dedicado a veicular depoimentos de dirigentes das organizações de esquerda que participaram da fundação do PT.

Não houve a pretensão, de acordo com a introdução do livro, de escrever uma história da AP. O objetivo era deixar “apenas um depoimento de um ativo militante” (AZEVEDO, 2010, p. 11). Essa advertência deve ser vista, entretanto, mais como uma demarcação da natureza da narrativa, situada no campo da memória, do que como uma diminuição de sua importância. Identificadas suas características, trata-se de relevante documento aos pesquisadores. Mais do que narrar fatos da história da AP, Azevedo interpreta sua experiência.

Como a elaboração da memória guarda relação com o momento em que é produzida (HALBWACHS, 1990), a análise irá cotejar o depoimento sistematizado no livro com a documentação produzida pela AP naquele período. Será promovido, também, diálogo com materiais que o autor escreveu ou ajudou a escrever na época, em particular com o documento que ele divulgou quando se desligou da AP (AZEVEDO, 1980), que antecipa a abordagem que viria a ser contemplada no livro. Não se trata de conferir dados, mas de entender como ocorreu, em conjunturas diversas, o complexo processo de elaboração da memória do agente político e de sua interpretação da história da AP.

O ingresso na AP e o maoísmo

Ricardo Azevedo demarca, desde o início, o território de sua atuação. Informa que se aproximou da AP nas jornadas políticas de 1968, quando se tornou estudante da Universidade de São Paulo. Sobre sua adesão, relata: “Em algum momento, no fim de 1968 ou no início de 1969, finalmente fui formalmente recrutado e passei a ser militante da Ação Popular” (AZEVEDO, 2010, p. 42). Passou a fazer parte da Comissão Regional Estudantil. Salienta que

Registre-se, ainda, a sedimentação de pesquisas de pós-graduação a esse respeito (OLIVEIRA JR, 2000; DIAS, 2004).

não tinha relação pessoal com a identidade inicial da organização e que sua vinculação se deu com a “AP maoísta”: “Nunca tive nenhum vínculo com a Igreja Católica, e em 1968 a AP já era religiosamente maoísta” (AZEVEDO, 2010, p. 25).

A ironia contida em sua fala suscita esclarecimentos. A formação da AP relaciona-se com o processo de radicalização da juventude católica, no início da década de 1960. Boa parte de seus fundadores formou-se nas fileiras da Juventude Universitária Católica (JUC). A AP nunca foi, porém, uma organização política de perfil religioso. Como anotou Luiz A. Gomes Souza (1987, p. 101), “pretendia ser, desde o início, um movimento pluralista, embora não se possa negar que a biografia da maioria de seus criadores estivesse condicionada por suas origens cristãs”. Tratava-se de um movimento político laico, aberto a várias influências doutrinárias, incluindo o marxismo. Como se verifica em seu *Documento base*, aprovado em seu congresso de fundação, perseguia um projeto de revolução brasileira, orientado pela formação de uma ideologia própria, cujo horizonte era o socialismo como humanismo (AÇÃO POPULAR, 1963).

Logo depois do golpe de Estado de 1964, em face da derrota política sofrida pelos movimentos e organizações de esquerda, a AP iniciou um processo de redefinição de sua linha política que culminaria em uma transformação ideológica. Em 1965, a autocrítica expressou-se na adesão explícita à ideia de luta armada como forma de conduzir o processo revolucionário, sem alterar seus fundamentos filosóficos (AÇÃO POPULAR, 1965). Em 1967, no entanto, deflagrou-se um processo, conhecido como Debate Teórico e Ideológico, claramente orientado pela necessidade de uma definição marxista (AÇÃO POPULAR, 1967). Na mesma conjuntura, acentuou-se o debate em torno da construção do partido de vanguarda para conduzir a revolução brasileira, outra manifestação da influência do marxismo-leninismo.

Na primeira metade de 1968, quando Ricardo Azevedo se envolveu em atividades políticas do movimento estudantil e manteve os primeiros contatos com militantes da organização, a AP vivia intensamente o processo dessa definição. No curso da I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em setembro de 1968, legitimou-se a adoção da linha política maoísta, defendida pela chamada “corrente 1”, liderada por Jair Ferreira de Sá. Durante a realização dessa reunião, contudo, emergiram divergências sobre a correção e a pertinência da linha maoísta, sistematizadas pela chamada “corrente 2”, cujos expoentes vieram a ser expulsos da AP, em razão da intensidade das disputas e da distância dos pontos de vista estratégicos.

Embora os dois polos se orientassem pelo marxismo, havia distância na forma como interpretavam o país e a natureza da revolução brasileira, com desdobramentos na definição da estratégia de ação política revolucionária. Baseando-se no documento que ficou conhecido como “Esquema de seis pontos”, a “corrente 1” considerava o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. Interpretando que o Brasil era um país semicolonial e semifeudal, compreendia que o país vivia a temporalidade da revolução nacional-democrática, a ser conduzida pela guerra popular prolongada, cuja arena privilegiada seria o campo (AÇÃO POPULAR, 1968a). Já a “corrente 2” interpretava o Brasil como um país capitalista e que a revolução teria um caráter imediatamente socialista (AÇÃO POPULAR, 1968b). Referindo-se a si própria como marxista-leninista, era tachada de foquista por seus adversários, alusão à influência da Revolução Cubana.

Um pomo da discórdia era a política da integração na produção, inspirada em práticas verificadas na Revolução Cultural Chinesa, por meio da qual os militantes, majoritariamente originados na classe média, deveriam ser

reeducados pela inserção no mundo do trabalho, na cidade e no campo. Defendida pela “corrente 1”, essa política era duramente criticada por seus adversários.

Ao longo desse processo de redefinição, alterou-se a composição da militância da AP. Primeiro, porque a repressão promovida pelo Estado no imediato pós-1964 gerou desarticulação organizativa e afastamento de militantes. Segundo, porque o processo de autocritica e de modificação da estratégia não foi assimilado por todos. Terceiro, porque, como se viu, a redefinição significou, em alguns casos, exclusão. Em contrapartida, a AP contou com a adesão de militantes formados nas lutas contra a ditadura. Em 1966, promoveu-se uma espécie de pesquisa sociológica para avaliar o perfil da militância. Aferiu-se que dois terços dos que responderam haviam ingressado já no período da ditadura (AÇÃO POPULAR, 1966). Ricardo de Azevedo se somaria a essa geração. Se, para antigos militantes e dirigentes da AP, era vivida uma guinada de orientação, os que então ingressavam dialogavam com as opções colocadas naquela conjuntura.

As razões de seu engajamento são expostas com muitas nuances. Revela, por exemplo, que o “essencial da minha opção, como aliás de quase todos os militantes, não foram razões de ordem teórico-conceituais, mas basicamente razões subjetivas, de engajamento, de afetividade” (AZEVEDO, 2010, p. 25). Seja como for, é significativa a maneira como explica sua adesão ao maoísmo. Na época, repeliu a política de “resistência pacífica” do PCB (Partido Comunista Brasileiro): “nas circunstâncias de uma ditadura militar como a brasileira, a perspectiva de uma saída pacífica estava fora de cogitação. Isso me afastava do PCB e me colocava no campo das organizações que defendiam a luta armada” (AZEVEDO, 2010, p. 24).

Sua opção circunscrevia-se, portanto, no leito da esquerda revolucionária, adepta da luta armada. Considerada essa baliza, declara que

rejeitou o chamado “foquismo”, influenciado pela irradiação da revolução cubana, pois não “conseguiu entender a perspectiva de algumas poucas pessoas conseguirem deflagrar um processo revolucionário no país, apesar do sucesso relativamente recente em Cuba” (AZEVEDO, 2010, p. 24-25). Emanada da Revolução Chinesa, a perspectiva da guerra popular prolongada, com forte participação camponesa, pareceu-lhe mais consequente. A opção pelo maoísmo foi, ainda, influenciada pela aura antiburocrática e renovadora da Revolução Cultural Chinesa, tal como então era vista à distância:

A Revolução cultural chinesa em curso naquele momento – tal como a entendíamos e não como o que de fato foi – me parecia bastante atraente. Era para nós o mais extraordinário fenômeno, porque questionava a burocracia socialista, e nos parecia como algo que apontava para um modelo de participação das bases, das massas e, ao mesmo tempo, mexia não só com a política, com a economia, mas com a cultura, com toda a ideologia burguesa. Só muito mais tarde é que vim a ter consciência do tremendo pesadelo que foi a Revolução Cultural (AZEVEDO, 2010, p. 25).

Ressalta outras dimensões de sua recepção:

O maoísmo então me atraía bastante por este aspecto, porque como um jovem de classe média para alta, os meus problemas, as minhas contradições com a sociedade capitalista brasileira não se davam no plano econômico, mas sim em outro nível. A minha revolta era, antes de tudo, contra a hipocrisia das relações culturais e ideológicas na sociedade (AZEVEDO, 2010, p. 25).

Ao resumir as razões de sua opção pelo maoísmo, experimenta mais um veio interpretativo: “Para quem conhece a trajetória da AP, não é difícil entender que ela rapidamente transferiu a sua religiosidade do catolicismo para o maoísmo, mantendo a essência religiosa da relação” (AZEVEDO, 2010, p. 25). Sobre tais vínculos, adiciona: “havia, no caso da AP, um forte componente religioso, como uma forma dos militantes vindos da pequeno-burguesia expiarem a culpa por sua origem de classe, integrando-se às massas” (AZEVEDO, 2010, p. 31).

Ricardo Azevedo emite uma conclusão severa sobre os resultados dessa política: “a experiência da integração na produção da AP foi um desastre quase total” (2010, p. 31). O que o livro de memórias não esclarece é se o autor tinha essa visão crítica na época ou se ela foi construída posteriormente, mediante a avaliação da experiência e interlocução com testemunhos de outros ex-militantes.

Azevedo filia-se a uma interpretação que estabelece uma ponte entre a origem religiosa de muitos militantes e o maoísmo, talvez inaugurada ou divulgada com mais repercussão pelas memórias de Herbert de Souza, que foi coordenador nacional da AP desde sua fundação até 1965. Em vários depoimentos, Souza afirmou que o maoísmo se ajustava melhor à formação cristã de boa parte dos fundadores da AP e que teria havido, em certa medida, a substituição de uma religião por outra (SOUZA, 1976; DIAS, 2007).

Assumidas e desenvolvidas por Azevedo, tais analogias convidam à reflexão sobre a eventualidade de antigos militantes da AP terem promovido uma espécie de ressignificação de seu imaginário político. De qualquer forma, outros fatos devem ser considerados para uma reflexão mais ampla. Primeiro, a “corrente 2” também tinha membros e expoentes com passado no catolicismo de esquerda e recusou o maoísmo. Não havia, assim, uma relação de causa e efeito. Segundo, como vinha ocorrendo uma modificação do perfil dos militantes da AP, alguns ou muitos aderiram ao maoísmo pelo potencial de atração que essa perspectiva política exercia naquele período, tendência exemplificada pelo caso de Ricardo Azevedo.

Como Ricardo Azevedo ainda pertencia apenas aos círculos de aproximação da estrutura organizativa da AP quando se consolidou, na conclusão da I RADN, a opção pela linha maoísta, sua escolha não decorreu dos termos sistematizados pelo debate interno. Resultava da forma como decodificava o significado da revolução chinesa e, em particular, do processo da

revolução cultural impulsionada naquela conjuntura. Daí seu testemunho oferecer um leque de motivos mais nuançado do que o disponível nos documentos da AP.

Com efeito, os aspectos libertários salientados por Ricardo Azevedo, relacionados à suposta prática da democracia direta e da participação das bases sociais durante a revolução cultural, não ganham destaque nos principais documentos da AP, em que sobressaem duas dimensões centrais do significado do maoísmo: a) tratava-se da terceira etapa do marxismo, o marxismo dos tempos atuais; b) nessa condição, era a principal referência para a luta contra o revisionismo contemporâneo, representado internacionalmente pela liderança da União Soviética e, no Brasil, pela política do PCB.² É o que se verifica, por exemplo, tanto no “esquema de seis pontos”, que serviu de base para as definições da I RADN, quanto na resolução da II RADN, realizada em 1969, ano em que se consolidou o ingresso de Ricardo Azevedo nas fileiras de militantes da AP.

O documento extraído da II RADN sistematiza um rito de autodestruição da velha AP, em clara ruptura com seu passado, com o propósito de reconstruí-la em novas bases. Orientada pelo marxismo dos tempos atuais, o maoísmo, a AP viveria uma nova etapa de sua história, “a da transformação de um partido pequeno-burguês, inicialmente reformista e revolucionário, em um partido revolucionário proletário (AÇÃO POPULAR, 1969, p. 4). Nesse momento, define-se o objetivo de reconstrução do partido operário no Brasil, balizado pela análise do estágio da luta de classes no país e pela luta contra o revisionismo. Em resumo, quando Azevedo tornou-se militante da AP, essa organização não apenas havia rompido com um passado que ele não vivera, mas estava em processo de transformação. A própria recepção do maoísmo assumiu feições complexas.

² A noção de revisionismo está associada à ideia de que a estratégia revolucionária teria sido revisada e substituída por uma gradualista política de reformas.

Clandestinidade, prisões e a APML

A narrativa de Ricardo de Azevedo discorre sobre os principais temas que marcam a vida da AP desse período em diante, mas seu olhar é balizado pelo local que ocupava nas estruturas de poder. Se, no final da década de 1970, viria a fazer parte do núcleo dirigente, nessa primeira fase de sua atuação era um militante que tinha acesso aos escalões intermediários e, eventualmente, contatos com altos dirigentes. O autor fornece subsídios para entender a dinâmica da hierarquia interna da organização revolucionária, seus códigos de segurança para as condições de clandestinidade e o fluxo dos principais debates, sobretudo aqueles que envolviam a definição da estratégia revolucionária e de construção do partido de vanguarda.

Sua relação com a vida orgânica da AP foi interrompida quando sofreu uma queda e passou uma temporada na prisão. Talvez em razão de ser noviço na política revolucionária, não recebeu a acusação de atuar em organização subversiva clandestina, mas de participar de atividades de reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Detido em 18 de junho de 1969, foi libertado em 3 de outubro de 1970, após julgamento realizado no dia anterior. Beneficiado pelo fato de ser menor de 21 anos, foi condenado à pena de um ano, quando já havia cumprido um período um pouco maior (AZEVEDO, 1997).

A temporada que passou detido no presídio Tiradentes, em São Paulo, teria importância na redefinição de sua visão de mundo:

A minha formação político-teórica começou no Presídio Tiradentes. Antes era o ativismo desenfreado, exaustivo, que levava a um esgotamento tremendo e que estava chegando ao seu limite. O que não quer dizer que eu não lesse, mas lia aqueles materiais mais simples, documentos da organização, os textos de Mao, não muito mais que isso, e nunca tinha lido sequer os clássicos do marxismo. Eu o fiz na cadeia (AZEVEDO, 2010, p. 54).

Assim, o período no presídio Tiradentes “foi uma escola de formação política por meio das palestras e cursos que organizávamos” (AZEVEDO, 2010, p. 61). Exerceu impacto, sobretudo, um curso ministrado por um ilustre colega de cela, o historiador marxista Jacob Gorender, cuja análise contribuiu para que Azevedo questionasse a linha política e estratégica da AP:

Defendíamos a tese de que o Brasil era um país semicolonial e semifeudal, ou seja, que tinha havido feudalismo no Brasil, que existiam resquícios feudais importantes no campo e que, portanto, as tarefas da revolução eram importantes para eliminar os resquícios semifeudais e acabar com a dependência de caráter semicolonial. Consequentemente, o Brasil não era um país plenamente capitalista e não estava maduro para o socialismo (AZEVEDO, 2010, p. 61).

Usando uma gíria da época, Azevedo avalia que o curso ministrado por Jacob Gorender “fundiu a sua cuca”, detalhando as razões e as consequências:

Ele demonstrou, ao longo de dezesseis palestras, com grande rigor e capacidade de argumentação, que o Brasil nunca tinha sido um país feudal, que tinha havido no período colonial um modo de produção totalmente original, que ele denominava de escravismo colonial, e que o Brasil era um país plenamente capitalista. Como decorrência, o que estava colocado na ordem do dia não eram mais tarefas de libertação nacional e eliminação dos resquícios feudais, mas sim a luta pelo socialismo. E, portanto, não havia burguesia nacional aliada da revolução. Ele me convenceu plenamente (AZEVEDO, 2010, p. 61).

Outra dimensão abordada por Gorender contrariava a tese, corrente na esquerda revolucionária, de que o capitalismo brasileiro estava estagnado, o que exigiria rupturas com o modo de produção capitalista ou com a dominação imperialista. Em outras palavras, o país estaria maduro para a revolução socialista ou para a revolução nacional- democrática. Por seu turno, Gorender demonstrava que “o capitalismo no Brasil estava entrando numa nova fase de desenvolvimento” (AZEVEDO, 2010, p. 61). Essa asserção interferia na definição da tática e da estratégia da esquerda. Reconhece Ricardo Azevedo (2010, p. 62): “essas reviravoltas vão ter uma importância na minha evolução política posterior”.

Em outubro de 1970, ao ser libertado, Ricardo Azevedo buscou reintegrar-se à vida orgânica da AP, a despeito da crise teórica que vivia e da renovação de seu ponto de vista sobre o processo revolucionário. Constatando que havia uma crise na esquerda, também desenvolveu a convicção de que a construção do partido revolucionário não se daria a partir de apenas uma organização, “mas da junção de um conjunto de militantes que estavam dispersos em vários agrupamentos” (AZEVEDO, 2010, p. 68). Entretanto, encontraria espaço na própria AP, que entrava em novo período de debates a respeito da estratégia revolucionária, para fazer a disputa de suas novas concepções.

Sem oferecer muitos detalhes, narra a nova luta interna da AP, que culminaria no racha de 1972-73, destacando dois acontecimentos fundamentais desse processo. O primeiro foi a realização da III Reunião Ampliada da Direção Nacional, em março de 1971, na qual “a AP tinha aprovado a proposta de unificação das forças marxistas-leninistas e, de forma privilegiada, com o PC do B e o PCB (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), visando a constituir o tão almejado partido revolucionário do proletariado brasileiro”(AZEVEDO, 2010, p. 72).

O segundo foi a reunião inaugural do Comitê Central: “A maioria do CC, com exceção do Jair (Ferreira de Sá), do Paulo Wright e do Manoel Conceição, aprovou a fusão com o PC do B” (AZEVEDO, 2010, p. 72). Esclarece, porém, que o PC do B “divulgou um documento descartando qualquer possibilidade de fusão e dizendo que a proposta da AP era neotrotskista” (AZEVEDO, 2010, p. 72).

Na II RDNA, em junho de 1969, a AP havia estabelecido as condições para a reconstrução do partido revolucionário no Brasil: o estádio da luta de classes no Brasil e a luta contra o revisionismo internacional. Elencou que dois partidos, criados em 1962, estavam aptos a cumprir as exigências da terceira

etapa do marxismo, a AP e o PC do B. A unificação poderia ocorrer por meio de fusão, do surgimento de um terceiro partido ou de um polo aglutinador. Entretanto, debates puseram em dúvida se o PC do B havia sido criado em 1962, resultado de uma dissidência do PCB, ou era o antigo partido comunista, fundado em 1922 e depurado do revisionismo, como afirmavam os documentos da agremiação (AÇÃO POPULAR, 1969). Essa definição influenciaria as decisões futuras.

Não tardou o questionamento a essa linha estratégica e a seus fundamentos, baseados na interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e na ideia da revolução nacional-democrática. Na segunda metade de 1970, por exemplo, o influente dirigente Paulo Wright disponibilizou um documento rejeitando a tese da reconstrução do partido operário e defendendo a construção de um partido de tipo inteiramente novo, compatível com a nova fase existente na revolução mundial e no Brasil (WRIGHT, 1970). O próprio Jair Ferreira de Sá, líder da adesão ao maoísmo, promoveria retificação de seus pontos de vista acerca da estratégia. Em contrapartida, outros dirigentes se aproximaram da compreensão de que o PC do B deveria ser a base da unificação das forças proletárias, sustentada no programa da revolução nacional-democrática.

A III Reunião Ampliada aprovou que a AP passaria a se organizar nos parâmetros do marxismo-leninismo, sob a norma do centralismo democrático e com a constituição de seu primeiro Comitê Central e de seu primeiro Bureau Político, integrado por Jair Ferreira de Sá (secretário geral), Aldo Arantes, Haroldo Lima, Renato Rebelo, Duarte Pereira e Paulo S. Wright. Em consequência, passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista. Não obstante, a definição de qual era a correta linha marxista-leninista dividia as opiniões internas. Para a elaboração da resolução do encontro, conhecida como *Programa Básico*, as divergências eram acentuadas, mas chegou-se ao que os

participantes, cada ala com suas razões, denominaram de “solução de compromisso”.

Resumidamente, o *Programa Básico* sustentou a orientação teórica da APML nos “princípios científicos e universais do marxismo-leninismo-maoísmo”, entendido como o “marxismo-leninismo de nossa época”. Na caracterização do Brasil, entendia que o país combinava “relações semifeudais e feudais com predominância de relações capitalistas” (APML, 1971, p. 11). Em decorrência, o programa mínimo era a revolução nacional, democrática e popular, anti-imperialista e agrária. A tarefa principal era a preparação imediata e ativa da guerra popular (APML, 1971, p. 14). Definiu, ainda, que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Para tal, considerava a existência de forças marxistas-leninistas e de um partido leninista, o PCdoB.

Embora a proposta fosse duramente rejeitada pelo PCdoB, que repelia a ideia da fusão ou unificação por entender que era o verdadeiro partido marxista-leninista do país, além de esposar outras divergências, isso não deteve o debate interno e a polarização de posições na APML. Por um lado, assimilando as críticas daquele partido, formou-se uma maioria favorável à incorporação dos militantes ao PCdoB, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria, de fato, o partido histórico da classe operária, fundado em 1922 e reorganizado em 1962. A incorporação ocorreria de forma individual e exigiria depuração de posições em favor das concepções e estratégias do PCdoB.

Por outro lado, no dizer de Ricardo de Azevedo,

foi se conformando uma minoria formada pelo Jair, pelo Paulo Wright e pelo Manoel da Conceição, que começava a questionar a própria linha política da AP. Ela passava a considerar que o Brasil era um país capitalista, e não semifeudal e semicolonial, e a defender como decorrência o caráter socialista da revolução a ser realizada. Conseqüentemente, começavam a questionar a linha de fusão ou integração no PCdoB. Formou-se assim uma ala esquerda dentro da AP (2010, p. 72).

A chamada “esquerda”, mesmo rompendo com a ideia da revolução nacional-democrática e passando a defender o projeto da revolução socialista, manteve identidade com o maoísmo, relacionando-o com a época histórica vivida, a terceira etapa do marxismo. Alegava que se tratava do método e não da letra do marxismo. Deprendia-se a atualidade da necessidade do partido de tipo inteiramente novo, instrumento de luta contra o dogmatismo e o revisionismo contemporâneo.

Se, para outros militantes, o posicionamento advinha do acompanhamento da evolução do debate interno, Ricardo Azevedo assevera que, em seu caso, houve outra influência decisiva: “a partir da minha experiência na cadeia, imediatamente me identifiquei com a linha da esquerda” (AZEVEDO, 2010, p. 73). Refere-se, por exemplo, ao aprendizado que obtivera nos cursos ministrados por Gorender.

De qualquer modo, sugere que o alinhamento da militância costumava ocorrer de forma vertical. Em organizações centralizadas, adverte, seriam raríssimos os casos de militantes que, em processos de luta interna, adotavam posições diferentes das defendidas por seus dirigentes: “Estes, em geral quadros mais preparados e experientes, acabam convencendo suas bases de suas posições” (AZEVEDO, 2010, p. 73).

Embora sua seccional estivesse alinhada com a tese da incorporação ao PC do B, ele criou canais para manter vínculos com a “esquerda” da APML. Foi assim que conheceu Paulo S. Wright, que era, ao lado de Jair Ferreira de Sá, líder da “minoría”. De acordo com sua percepção, “com o desenvolvimento da luta interna, havia praticamente duas estruturas paralelas funcionando” (AZEVEDO, 2010, p. 80).

No que diz respeito à dinâmica interna da APML, Ricardo Azevedo contrapõe a radicalização política em curso, à qual correspondia uma perspectiva de ofensiva revolucionária, com a fragilidade organizativa então

vivida. Tal dimensão ficara evidente, por exemplo, quando houve tentativa de deslocá-lo para o Rio de Janeiro, onde a direção local identificara-se com as posições da “esquerda” (AZEVEDO, 2010, p. 87): “comecei a perceber a fragilidade da AP. Como é que numa cidade como o Rio de Janeiro a organização não conseguia arrumar uma casa segura de um simpatizante para que eu pudesse permanecer alguns dias?” Logo em seguida, nova tentativa de deslocamento, destinada ao Rio Grande do Sul, não lhe produziu impressão diferente. Essas experiências foram instrutivas:

Não me lembro em que momento exato eu amadureci a ideia de sair do Brasil. Mas aquela experiência, minhas peripécias por Rio e Rio Grande do Sul tinham me mostrado mais claramente qual era o real quadro da organização. [...] Comecei a questionar quais seriam as reais condições de, em primeiro lugar, eu permanecer no Brasil naquela situação. Em segundo, qual era a situação que a esquerda em geral, e a nossa organização em particular, enfrentava naquele momento (AZEVEDO, 2010, p. 93).

Outro choque de realidade foi provocado pelo contato com o que restara do trabalho político que a AP desenvolvera no ABC paulista. Formula a seguinte reflexão:

Tudo ia se juntando: a experiência do Rio, a do Rio Grande do Sul, aquela no ABC. Tudo ia formando um quadro. Uma organização que estava rachando, onde a maior parte dos militantes tinha ficado do outro lado. Desligada das massas. Devíamos ser poucos. Cercados pela repressão. A cada dia tínhamos uma nova queda. Quase todo mundo na clandestinidade, com problemas financeiros de sustentação, sem uma estrutura mínima de funcionamento. As pessoas procuradas, como eu, e tendo que circular sem documentação falsa adequada. Comecei a me perguntar: Qual será o nosso futuro? O que estamos fazendo aqui? (AZEVEDO, 2010, p. 97).

Não foi tranquilo o amadurecimento da meta de sair do país, comumente associada à ideia de recuo ideológico. Tomando a decisão, obtive a concordância da direção, embora os líderes entendessem que havia condições

objetivas de permanecer no Brasil. Tentou convencer Jair Ferreira de Sá e Paulo S. Wright³ a fazerem o mesmo, mas eles nem aceitaram discutir a questão.

Para eles, era o momento crucial, a luta interna não tinha tido seu desfecho, eles ainda mantinham contatos com a outra ala da AP. Formalmente, o Jair era o secretário-geral, e na cabeça deles, era necessário encaminhar a reestruturação da organização, havia ainda setores vacilantes que poderiam ser ganhos para o nosso lado etc. (AZEVEDO, 2010, p. 97).

Exílio no Chile e cisão da APML

Ricardo de Azevedo saiu do Brasil em maio de 1972 e chegou ao Chile em junho do mesmo ano. Explicou os motivos da escolha: “Fui para o Chile porque era, na América do Sul, o único país viável, do ponto de vista político. Havia um governo popular, cercado por um mar de ditaduras. Havia uma colônia brasileira e a AP tinha uma base organizada” (AZEVEDO, 2010, p. 103). Viveu, portanto, o período final do governo socialista do presidente Allende, interrompido pelo golpe de Estado de 11 de setembro de 1973.

Essa experiência impactou os militantes da esquerda brasileira que se encontravam exilados no Chile. Em vários depoimentos, Herbert de Souza salientou o contraste entre a dinâmica da luta de massas vivida no Chile e o ambiente brasileiro, em que a luta revolucionária estava submetida à clandestinidade e isolada politicamente (SOUZA, 1976). Todavia, Azevedo (2010, p. 103) não ocultou que sua primeira visão do processo chileno era negativa: “como bom maoísta, considerava que aquilo que se vivia no Chile era um processo encabeçado por uma aliança entre os revisionistas do PC e os socialdemocratas do Partido Socialista”. Com o tempo, reavaliaria suas posições.

³ Os dois dirigentes estavam entre os líderes de esquerda mais visados pelo aparato repressivo do Estado. Se caíssem nas malhas da repressão, dificilmente sobreviveriam. Paulo S. Wright foi assassinado em 1973 e hoje seu nome ainda figura na lista dos desaparecidos da ditadura. Jair Ferreira de Sá, que nunca chegou a ser detido, faleceu em 1984, vítima de um infarto.

Com pitadas de ironia, não se sabe se presente naquele momento ou se cultivada posteriormente, Ricardo Azevedo mapeou as bases da AP fora do Brasil. Diz: “a organização da AP no exterior era constituída pelo que pomposa e pretensiosamente chamávamos de bases” (AZEVEDO, 2010, p. 108). Informa que a base da América do Norte era composta por três pessoas, uma radicada em Nova Iorque, outra na Califórnia e a terceira em Montreal: “estavam bastante isolados entre si e raramente se encontravam. Faziam um importante trabalho de denúncia da repressão e das torturas no Brasil, mas a rigor não dava para chamar aquilo de base” (AZEVEDO, 2010, p. 108). A base da Europa era constituída por quatro militantes, três localizados em Paris e outro em Genebra. A base mais ampla e mais importante era a de Santiago.

O exílio no Chile é uma das seções mais marcantes do livro. Descreve a dinâmica e as nuances da base chilena da AP, coordenada por José Serra, da qual também participava Herbert de Souza.⁴ Quanto à luta interna que dividia a APML, sintetiza:

O conjunto dos militantes no exterior tinham se posicionado a favor da esquerda da AP. Ninguém tinha simpatias pelo PC do B. No processo, fui entendendo que a aversão ao PC do B era, no entanto, o único ponto que unificava, mas cada um tinha seus motivos próprios para tal rejeição (AZEVEDO, 2010, p. 110).

Importante atividade era a articulação política voltada aos militantes e dirigentes das demais organizações revolucionárias brasileiras que se encontravam no Chile. Na base de Santiago, Azevedo ficou responsável pelas relações bilaterais com o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e com a Política Operária (PO). Sugere que José Serra e Herbert de Souza apoiavam a ideia de que ele assumisse essa tarefa porque priorizavam relações com personalidades influentes nas políticas de governo.

⁴ Em recente livro de memórias, José Serra abordou sua experiência no exílio, mas não focalizou a relação que mantinha com a AP no período do governo Allende (SERRA, 2014). Em alguns depoimentos, Herbert de Souza narrou seu envolvimento com a política chilena, mas não investiu no detalhamento da estrutura e da vida interna da AP em Santiago (SOUZA, 1976).

Eu assumia essas tarefas de bom grado, porque a relação com estas organizações fazia parte a meu juízo da construção do partido revolucionário no Brasil. [...] Ele não nasceria apenas a partir da AP, mas sim de um amplo processo de convergência entre setores daquilo que chamávamos de esquerda revolucionária (AZEVEDO, 2010, p. 113).

Azevedo também representava a AP em um fórum, conhecido como “grupão”, que os militantes da esquerda brasileira haviam criado em Santiago. Com reuniões periódicas, o “grupão” debatia temas diversos, relacionados com os caminhos e impasses da revolução brasileira. O autor focaliza a presença de “setores que esboçavam um processo mais profundo de autocrítica, reconhecendo que a esquerda brasileira tinha sido derrotada no fundamental e que essa derrota não era apenas por erros táticos, mas por questões mais de fundo, de concepção” (AZEVEDO, 2010, p. 114). Com mais detalhamento, prossegue:

Esses setores reconheciam, portanto, que era necessário um grande processo de revisão, de retomada da relação perdida com as massas e, ao mesmo tempo, a construção de um novo partido. Ou seja, mantendo-se a crítica ao reformismo e à visão conciliadora do PCB, abria-se ao mesmo tempo uma crítica ao militarismo vanguardista. Nesse processo, foi se criando uma convergência de opiniões entre alguns setores da esquerda brasileira (AZEVEDO, 2010, p. 114).

Tal movimentação não era exclusiva do universo de exilados, segundo os apontamentos de Azevedo (2010, p. 115), pois “guardava alguma relação com o que estava acontecendo no Brasil, onde já tinha havido alguns contatos entre elas, buscando a conformação de um novo campo na esquerda”. A clivagem do autor indica os segmentos presentes no “grupão” e eventuais desdobramentos:

E começou a se delinear uma certa frente, na defesa de posições comuns, entre AP, MR-8, PO e estes grupos independentes nas discussões que se realizavam no Grupão. Ia se caracterizando uma nova conformação na esquerda brasileira: de um lado, o PCB e a Tendência Leninista. De outro, as organizações que resistiam a uma autocrítica mais profunda do militarismo; e,

finalmente, aqueles setores que apontavam um novo caminho e que começaram a ser conhecidos como a tendência proletária da esquerda brasileira (AZEVEDO, 2010, p.115-116).

O objetivo de formar a “tendência proletária” nortearia a vida da APML desse período em diante. Vale dizer, da ala que se intitulava como a “esquerda” e que, depois do racha que se avizinhava, procuraria manter a existência da organização. A outra ala, chamada de maioria, defendia, nessa fase, a incorporação ao PCdoB. Ricardo Azevedo (2010, p. 117) aponta que, na base chilena, havia um ponto de união a respeito da luta interna: “não tinha mais sentido prolongar aquela situação ambígua de manter formalmente a mesma organização, quando na realidade eram duas”.

Esse consenso não era, todavia, compartilhado pelos dois principais dirigentes da “esquerda”, Jair F. de Sá e Paulo S. Wright. Eles “defendiam que era necessário prolongar a luta interna, no sentido de ganhar algumas bases que ainda não estavam totalmente definidas [...]. Então, eles esticavam o processo na perspectiva de um Congresso da organização” (AZEVEDO, 2010, p. 118).

Por alguma razão que não pode ser claramente identificada no livro de memórias, Ricardo de Azevedo não descreve o desenlace dessa divisão que se acentuava. Dedicou-se a comentar a formação de dois blocos na base de Santiago, sem que isso fosse espelhamento da disputa principal que cindia a organização. De um lado, estariam José Serra e Herbert de Souza. De outro, ele e alguns militantes. Haveria uma distância entre as posições que ele veiculava em suas articulações e as que José Serra esposava, consideradas reformistas.

Tais fatos ocorrem entre o final de 1972 e meados de 1973, quando, no Brasil, foi consumada a cisão da organização, acontecimento omitido na narrativa, apesar de Azevedo ter mantido contato pessoal com Jair Ferreira de Sá, em dezembro de 1972, no Chile. Em território brasileiro, a luta interna

ganhara novo e decisivo capítulo. No final de setembro e no início de outubro de 1972, a “maioria” decidiu destituir Jair Ferreira de Sá e Paulo S. Wright de seus cargos de direção e expulsá-los da APML, em reuniões do Bureau Político, acusando-os de fracionismo, decisão chancelada, em janeiro de 1973 (APML, 1973a), pelo Comitê Central, agora monopolizado pela “maioria”. Em maio de 1973, o Bureau Político divulgou aquela que seria sua última circular, expondo o procedimento acertado entre as duas direções para o ingresso no PCdoB (APML, 1973b).⁵

Por um período, os dois agrupamentos reivindicaram o nome da APML. Ainda em 1972, Jair Ferreira de Sá emitiu documento para fazer um balanço do processo e apresentar orientações. Sobre a tensa luta pelo controle da organização, acusou o outro setor de utilizar maiorias eventuais e composições temporárias em organismos incompletos para forçar a ideia de unidade programática com o PC do B, acelerar a unificação com aquele partido e deter o movimento de retificação da linha política. Evocou para sua ala a legitimidade de preservar a organização da APML, propondo uma transição que levasse à realização do II Congresso.

No final de 1972, foi constituído um Núcleo Executivo Provisório e, em uma reunião do Pleno, foram fixadas as diretrizes para a reconstrução da organização. No centro dos debates, estava a necessidade de realizar o II Congresso e seu tema principal, a construção do partido operário. Os encaminhamentos deveriam levar em consideração a existência de uma Tendência Proletária no seio da esquerda brasileira, que nascia dos impasses e derrotas da Esquerda Revolucionária e de sua necessária autocrítica.

⁵ Assinale-se que o influente dirigente Duarte Pereira, considerado membro da maioria no Bureau Político, divergiu nesse desfecho e não se incorporou ao PC do B, embora tenha exercido importante papel na abertura e na condução desse debate. Entre outras divergências, não aceitava a revisão unilateral das posições da APML e reivindicava canais apropriados para exercê-las no seio do PCdoB (PEREIRA, 1999).

A cisão teria consequências na forma de relacionamento com a história da AP. Os membros da chamada maioria aderiram a outro partido e à sua história e passariam a contar a história da AP a partir dessa decisão (DIAS, 2006). Para a chamada minoria, a AP não havia acabado, razão pela qual seus integrantes se referem ao desenlace como a “cisão de setembro/outubro de 1972” (APML, 1972).

Com a irrupção do golpe de Estado que depôs o presidente Allende e pôs fim à experiência do governo socialista no Chile, Azevedo narra a repressão imediata que sobreveio, da qual, juntamente com outros exilados, ele foi alvo. Salvo das piores consequências do golpe militar por um triz, terminou por exilar-se na França.

Quando saía do Estádio Nacional do Chile, convertido em prisão na conjuntura do golpe de Estado, foi informado de que, no Brasil, ocorreram várias quedas de militantes e dirigentes da AP socialista, forma como a “esquerda” ficara conhecida: “eu recebi essa notícia, com muita tristeza, na mesma noite em que saí do estádio. Aquilo para mim significava praticamente o fim da AP” (AZEVEDO, 2010, p. 147). Além de ser movido pelo impacto emocional da notícia, esse sentimento era reforçado por dois fatos: a) a “maioria” decidira aderir ao PCdoB; b) os atingidos eram da ala que convocava a reorganização da APML. Portanto, o destino da organização, cuja precariedade ele sentia havia tempo, só podia lhe parecer comprometido e incerto.

Por meio de documento elaborado em 1976, Jair Ferreira de Sá reportou-se àqueles acontecimentos: “nossa O. sofreu em 1973 um duro golpe repressivo que quase a liquida. Tivemos nosso funcionamento nacional suspenso” (APML, 1976, p. 1.). Documentos elaborados em 1974 fizeram balanço negativo do trabalho de reconstrução, tomando como baliza as diretrizes fixadas no final de 1972, e chegaram a indagar a pertinência de a APML permanecer como organização autônoma (APML, 1974).

Exílio na Europa e a Tendência Proletária

Após uma rápida escala na Argentina e uma breve passagem pelo Brasil, onde permaneceu incógnito, Ricardo de Azevedo chegou à França em janeiro de 1974. No curto período em que esteve em terras platinas, foi informado de que Jair F. de Sá havia escapado das quedas e mantinha contato com o MR-8. Um dos projetos que o dirigente cultivava era a produção “de uma revista teórica, de debates, que servisse para sedimentar o processo de unificação daquilo que chamávamos de tendência proletária da esquerda brasileira” (AZEVEDO, 2010, p. 152). Somada à alegria pelas boas notícias recebidas, a ideia do projeto editorial o “sensibilizou e ficou como a ser retomado mais adiante” (AZEVEDO, 2010, p. 153). Essa talvez tenha sido sua principal atividade na França.

Já no primeiro semestre de 1974, Azevedo retomou contato com o MR-8, por cujos dirigentes recebeu notícias de que, no Brasil, aquela organização e a APML mantinham diálogo regular. Analisando que “eram boas as conversas”, os interlocutores garantiram que “havia semelhança de avaliações entre as organizações no Brasil, embora a AP estivesse muito golpeada” (AZEVEDO, 2010, p. 165). Também foi notificado de que “eles retomavam a ideia de lançarmos uma revista [...]. A proposta era de que a revista fosse editada no exterior, mas eles garantiram as condições para sua reprodução no Brasil” (AZEVEDO, 2010, p. 165).

Com o objetivo de constituir a Tendência Proletária, a APML estreitou laços com o MR-8, com a PO e com o MEP (Movimento de Emancipação Proletária).⁶ Uma expressão dessa articulação foi a revista *Brasil Socialista*, da qual Azevedo se tornou um dos editores, que publicaria textos de debates doutrinários e de intervenção conjuntural, tendo a divisa de “organizar a

⁶ A P.O. colocava-se na linha de sucessão da Polop (Organização Política Revolucionária Política Operária), da qual foi considerada uma reorganização. O MEP era uma dissidência da P.O.

resistência dos trabalhadores e construir o Partido Revolucionário do Proletariado”. O primeiro número veio a lume em janeiro de 1975.

Pela importância que a construção da Tendência Proletária (TP) passou a ter na pauta da APML, o autor sistematiza observações acerca das convergências e divergências existentes entre as organizações mobilizadas por esse objetivo. Pontua, por exemplo, que ele tinha uma visão mais ampla do que seria a TP, cuja construção abarcaria, em uma tendência objetiva, indivíduos, grupos e organizações que atuavam no Brasil e no exterior. Diferente viria a ser a compreensão dos dirigentes do MR-8, para os quais a TP foi se “reduzindo quase que tão somente à AP, ao MR-8 e à P.O.” (AZEVEDO, 2010, p. 166). Reconhece, com olhar retrospectivo, que havia um erro comum, pois, com variações na elaboração, “achávamos que a construção do partido do proletariado brasileiro se daria em torno, essencialmente, das organizações de esquerda” (AZEVEDO, 2010, p. 166).

Não obstante, havia cinco pontos de unificação, discriminados didaticamente: a) defesa do caráter socialista da revolução brasileira; b) defesa do proletariado urbano como força dirigente desse processo; c) necessidade de construção de um novo partido revolucionário; d) luta armada como forma principal de luta para chegar ao poder; e) plataforma de lutas democráticas e antiditatoriais como forma de acúmulo de forças.

Sobre o último item, porém, havia divergência com a P.O., que tinha problemas com a pauta das “lutas democráticas”. Em contrapartida, APML e MR-8, cada qual com sua própria elaboração, haviam apoiado, no Rio de Janeiro, onde tinham maior inserção, um candidato a deputado federal nas eleições de 1974. O sucesso dessa ação política, impulsionado pelo impactante crescimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contribuiria para a APML acentuar sua inflexão tática em relação à questão eleitoral. Azevedo não participou dessa decisão, mas a apoiou quando foi notificado, influenciado pela experiência chilena.

Azevedo também expõe as divergências que havia no interior da base europeia da APML, visto que os demais membros concordavam que ele participasse da revista *Brasil Socialista* apenas individualmente, sem a chancela de ser representante oficial da organização, o que implicou fissuras nas relações. Em meados de 1976, o Secretariado Nacional da APML remeteu carta oficializando sua participação, documento veiculado no sétimo número da revista.

Por trás desse episódio, havia a divergência sobre a construção da Tendência Proletária. Conforme Azevedo (2010, p. 167), membros da base europeia tinham o ponto de vista de que a construção do novo partido, em razão da desarticulação da esquerda no Brasil, ocorreria fundamentalmente no exterior. Ele, acompanhado por dirigentes do MR-8 e Eder Sader (P.O.), considerava que o centro da reorganização estava no Brasil.

O impasse citado logo acima denuncia, além da divergência, a precariedade de comunicação entre os exilados e o centro brasileiro da organização. Mais do que a distância, pesavam as condições da clandestinidade imposta pela repressão. “Entre idas e vindas às vezes uma mensagem demorava dois a três meses para receber a resposta” (AZEVEDO, 2010, p. 180). Por vezes, os contatos com o Brasil passavam pela intermediação de dirigentes do MR-8, organização que estava mais estruturada.

Somente quando voltou ao Brasil, constatou “que havia uma enorme defasagem entre a publicação da revista na França, que já tinha atingido o seu sétimo número, e sua reprodução no Brasil, onde tinham aparecido apenas os dois primeiros” (AZEVEDO, 2010, p. 197). O intervalo, no caso, representava uma “diferença de mais de um ano [...], o que significava que alguns artigos mais conjunturais já surgiam defasados” (AZEVEDO, 2010, p. 197). Não obstante, ressalva que a revista cumpria seu papel, animando o debate teórico e aglutinando interessados na contribuição que sistematizava.

A experiência no exílio foi decisiva para Ricardo de Azevedo ampliar e renovar seus referenciais teóricos e políticos. Em várias passagens do livro, declarou-se em crise de perspectivas ou, segundo a gíria que empregou, com a “cuca fundida”. Em 1970, quando estava detido no presídio Tiradentes, alargou sua visão de mundo com o acesso a livros marxistas e a cursos de Jacob Gorender. No exílio do Chile, aprofundou sua formação, mediante amplo acesso bibliográfico e contato com o processo político daquele país, que rejeitava no início e com o qual interagiu depois. Nos termos da equação que elaborou, a experiência chilena produziu o questionamento da formação política, enquanto o exílio europeu ensejaria o questionamento de aspectos da formação teórica.

Do ponto de vista teórico, minha passagem pela França durante quase três anos me abriu a cabeça. Pude acompanhar todo o debate que se fazia na esquerda francesa sobre os novos rumos do socialismo, sobre o caráter dos Estados do Leste europeu, particularmente da União Soviética. Tive acesso a autores que, ou eu desconhecia ou conhecia apenas de nome. Li Althusser, Charles Bettelheim, que causava grande impacto naquele momento, Nikos Poulantzas, e descobri Gramsci, o que para mim foi fundamental. A minha estadia na França fortaleceu uma convicção antissoviética, antistalinista, que eu já tinha, mas também uma incipiente convicção antileninista. Fui entendendo que os problemas da União Soviética não tinham começado com Stalin, mas tinham raízes políticas e teóricas no próprio leninismo, particularmente nas concepções de partido e de ditadura do proletariado (AZEVEDO, 2010, p. 161).

Nessa fase, sofreu o impacto das reviravoltas da experiência chinesa do período imediatamente posterior à morte de Mao Tse-Tung, ocorrida em 1976. Ainda se definia como maoísta, mas essa referência estava em crise.⁷ A influência do pensador italiano vai se mostrar decisiva e duradoura: “a descoberta de Gramsci mudou a minha maneira de pensar e de ver os

⁷ No Brasil, em documento editado em 1976, Jair F. de Sá criticou as condições de recepção do maoísmo, influenciada pelo clima da Revolução Cultural. Sem abandonar os estudos da obra de Mao Tse-tung, propôs que fossem retomadas as fontes fundamentais do marxismo: Marx, Engels e Lenin (APML, 1976).

processos revolucionários e de transformação social em todo o mundo. [...] Tornei-me um gramsciano convicto” (AZEVEDO, 2010, p. 161). Concluiu que o caminho da revolução no mundo ocidental, no qual a América Latina seria a porção mais atrasada, passaria por Gramsci. Sintomaticamente, revela que a aproximação do pensamento gramsciano sofreu a contribuição do livro *Pour Gramsci*, de Maria Antonietta Macchiocchi. A autora defendia “a tese de que a revolução cultural chinesa era a expressão prática de conceitos gramscianos” (AZEVEDO, 2010, p. 172).

Em território europeu, foi apresentado a novas pautas políticas, como a questão ambiental e as lutas antirracistas e feministas: “tudo isso foi me sensibilizando e alargando minha visão. Quando saí da França, esses eram elementos essenciais incorporados em minha visão do processo de transformação social” (AZEVEDO, 2010, p. 174).

Fim do exílio e a reconstrução da APML

A ideia de voltar ao Brasil, assegura, consolidou-se no final de 1975. Vários fatores influenciaram seu desenvolvimento e sua efetivação, ocorrida em novembro de 1976. Embora fosse um empreendimento que acarretasse riscos, emergia uma nova conjuntura na política brasileira: “havia um novo quadro político, havia sinais generalizados de descontentamento popular e também a reanimação da oposição ao governo a partir de setores das classes médias” (AZEVEDO, 2010, p. 183). Tal situação alimentava sua interpretação de como deveria ser construído o partido revolucionário, ou seja, deveria ocorrer por meio da fusão da vanguarda ideológica com a nova vanguarda social que emergiria.

Adiciona que havia, também, a pressão interna da organização. Tendo sido quase dizimada em 1973, a APML, no dizer do autor, ganhara novo folego com a mudança da tática e começava a dar passos em sua reorganização: “eu

era um quadro já com alguma experiência e, nesse sentido, a minha volta contribuiria na rearticulação do trabalho” (AZEVEDO, 2010, p. 184). Confessa, porém, que o fator decisivo foi existencial, pois se sentia isolado e infeliz em Paris.

Em 1976, encerrou o exílio e passou a viver clandestinamente no Brasil para participar do processo de reconstrução da APML, cuja fragilidade organizativa, provocada pela fratura ocorrida havia poucos anos e pelas quedas impostas pela repressão, é descrita sem evasivas. Constata que, depois das quedas, entre os membros mais importantes da direção, haviam sobrado apenas Jair F. de Sá e Doralina Rodrigues, sua nova companheira, que ele, Azevedo, ainda não conhecia. Foi incorporado imediatamente à direção nacional provisória, “constituída pelos dois (Jair e Doralina) e pelo Pereirinha (Pedro Pereira do Nascimento). [...] A proposta imediata que eles me fizeram era que eu me integrasse à direção nacional como convidado, à medida que não tinha sido eleito” (AZEVEDO, p. 189).⁸ Tornou-se o quarto membro dessa coordenação nacional, na qual se converteria em uma espécie de “escriba”.

De acordo com documento emitido por Jair F. de Sá (APML, 1976), a reconstrução havia avançado, basicamente, nas regiões 1 e 2, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse contexto, foi constituído o Núcleo Provisório de Reorganização Nacional. A memória de Ricardo Azevedo narra a fragilidade vivida nesses dois centros. Sobre o Rio de Janeiro: “fui me dando conta da dimensão da organização, muito pequena, [...] quase um núcleo girando ao redor da liderança do Jair, principalmente, e da Doralina” (AZEVEDO, 2010, p.189). Após identificar um núcleo estudantil na Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a pouca presença na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ironiza a situação de outras frentes de atuação, citando que

⁸ Pereirinha havia sido dirigente seccional na região do ABC paulista. Doralina Rodrigues, ex-dirigente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais, havia sido eleita vice-presidente da UNE em 1969.

determinado estudante era “o nosso secundarista”, que outro companheiro “era o nosso operário” e que José Eudes de Freitas, que se preparava para ser candidato a deputado, era a “nossa frente parlamentar”. Destaca, ainda, que havia simpatizantes atuando no jornal *Brasil Mulher*.

Na comparação com o que viu no Rio de Janeiro, considerou ainda mais precária a situação da APML em São Paulo, onde havia uma direção provisória, em torno da qual se articulavam alguns poucos militantes. Além desses, cita o caso de outros que haviam estado presos e buscavam reintegração, tendo que passar pela revisão do processo de quedas e do comportamento na prisão, exigência do protocolo de segurança.

Em decorrência da dispersão que sucedeu a crise de 1972 e 1973, assinala que militantes e simpatizantes que não haviam sido presos começaram a desenvolver trabalhos por conta própria, como exemplificam inserções na categoria dos metroviários e na secretaria da Saúde. Em todo caso, enfatiza: “a dispersão da nossa organização era muito grande. Não havia vida orgânica” (AZEVEDO, 2010, p. 195).

Nesse diapasão, aborda a relação existente entre a APML e a tendência estudantil “Refazendo”. Tratava-se, explica, de uma tendência de massas, dentro da qual havia um grupo clandestino de aproximadamente 15 pessoas, uma espécie de direção. Em seu interior, havia um círculo mais limitado de seis pessoas que aspiravam a ter vinculações com organizações revolucionárias, dadas as limitações do movimento estudantil. Por influência da revista *Brasil Socialista*, eles privilegiaram o MR-8 e a APML. Em São Carlos, prevaleceu a primeira hipótese; em São Paulo, a segunda. Foi decisiva a presença, nesse núcleo mais restrito, de ex-militantes da APML. Formou-se, dessa forma, “a primeira base de reorganização estudantil da AP. [...] Ao longo de 1977, 1978 e 1979, praticamente toda a vanguarda da Refazendo acabou ingressando na AP” (AZEVEDO, 2010, p. 196).

Azevedo esquadrinha a rearticulação da APMML no movimento estudantil, a incorporação de novas pautas, as tentativas de envolvimento com a luta sindical, a ampliação da organização para outros centros regionais fora do eixo Rio e São Paulo. Elegendo como baliza o final de 1977, sem menosprezar precariedades, sistematiza um balanço favorável dos trabalhos empreendidos:

A situação da AP tinha evoluído favoravelmente. Não só tínhamos reorganizado a nossa base no movimento estudantil, tínhamos reaberto o trabalho em Minas e na Bahia, como também, a partir do movimento estudantil, começamos a atuar em outros setores, aproveitando vários militantes que se formavam, saíam da faculdade, e eram “deslocados” para outros espaços de militância. E também reengajamos na organização militantes que saíam da prisão (AZEVEDO, 2010, p. 206-207).

Destaca a constituição de um núcleo no jornal *Em tempo*, um dos mais importantes periódicos da imprensa alternativa, e o persistente trabalho no jornal *Brasil Mulher*. Em sua avaliação, a APMML “soube entender a importância da luta feminista e soube incorporá-la ao seu projeto de transformação social”, superando a “visão de que a luta social era simplesmente a luta de classes, proletariado *versus* burguesia” (AZEVEDO, 2010, P. 207).

Ao balanço positivo de 1977, o autor agrega fatos da conjuntura imediatamente posterior, atestando o crescimento da APMML. Cita, por exemplo, o fortalecimento da intervenção no movimento estudantil, a influência nos congresso da mulher paulista, a participação na greve do funcionalismo estadual e até mesmo uma incipiente presença no movimento operário em ascensão. No plano eleitoral, aprofundando a inflexão tática, a APMML conseguiu eleger dois deputados estaduais pelo MDB: Geraldo Siqueira, em São Paulo, e José Eudes, no Rio de Janeiro.

Todavia, o que poderia ser denominado de auge da reorganização da APMML também foi, de acordo com a narrativa, o começo do fim. Por um lado, a cena política daquele fim de década, em que vicejou a pauta da redemocratização e na qual emergiram os movimentos sociais e operários, teria

outros protagonistas. Por outro lado, no interior da APML, havia tanto indefinições a respeito de temas políticos importantes quanto a formação de divergências agudas.

No Rio de Janeiro, Doralina Rodrigues, vista como a segunda pessoa na hierarquia da APML, teria assumido um viés mais doutrinário, procurando qualificar as bandeiras democráticas de forma classista. Essa inflexão influenciaria, entre outros, o debate sobre a Constituinte. Assim, “a AP do Rio [...] tinha uma posição mais ‘à esquerda’. E a de São Paulo, onde eu era o principal dirigente, tinha uma posição mais ‘à direita’” (AZEVEDO, 2010, p. 212). Jair Ferreira de Sá buscava promover a mediações entre as partes para manter a unidade, mas acabava - critica Azevedo (2010, p.212) - “por não contemplar ninguém. Todos ficavam insatisfeitos”.

Outra dimensão dizia respeito aos impasses na construção da Tendência Proletária. A narrativa de Ricardo Azevedo salienta que, em 1978, houve estrangulamento nas relações entre as organizações que constituíam seu núcleo articulador. Com o MEP e com a PO, havia, entre outras, a divergência sobre o papel tático da bandeira das liberdades democráticas. Em razão de maior afinidade política, a APML e o MR-8 haviam estreitado relações e cultivaram um projeto de fusão, mas, à medida que a conjuntura se desenvolvia, divergências políticas se interpuseram.

O autor focaliza duas expressões de desacordo. Primeira, o MR-8, reavaliando sua posição, começou a aproximar-se do campo hegemônico pela União Soviética. Segunda, na intervenção conjuntural, enquanto o MR-8 fazia a defesa da bandeira em favor da Constituinte como saída para o fim da ditadura, a APML mantinha divergência e não consolidara posição a respeito. Em 1978, as relações foram interrompidas. As duas organizações seguiriam caminhos distintos no período de rearticulação partidária, visto que o MR-8 decidiu fortalecer o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

O desligamento da APML e o PT

Em uma conjuntura nacional que se acelerava e em um contexto em que grassavam divergências internas, às quais correspondiam disputas de poder, a APML mantinha uma direção provisória e não havia aprovado um novo programa, definições que eram adiadas pela compreensão de que não estavam dadas as condições políticas para tal tomada de decisões. Em fevereiro de 1979, após sucessivos adiamentos, “ocorreu a IV Reunião Ampliada da Direção Nacional (RNA), na qual se deveria aprovar um documento sobre tática e recompor a direção nacional, elegendo um Comitê Central e um secretariado” (AZEVEDO, 1979, p. 226). Sintetizando a deliberação, anotou:

Lá se aprovou por consenso uma resolução que aludia à questão da Assembleia Nacional Constituinte, mas que apontava a luta por liberdades democráticas como eixo central e propunha a criação do Partido Popular como elemento fundamental da conjuntura. Fez-se um débil consenso que escamoteou reais divergências que mais tarde afloraram (AZEVEDO, 2010, p. 226).

Embora esse registro não tenha sido privilegiado pelo autor, cabe informar que a IV RNA promoveu um diálogo com o passado da APML. Talvez o mais importante aspecto tenha sido a revogação do *Programa Básico*, aprovado na III RDNA, em 1971. O alcance da decisão era simbólico, visto que, como se lê na resolução, a revogação já havia ocorrido na prática. Afirmasse, ainda, que havia sido um erro considerar o maoísmo como a terceira etapa do marxismo. Para o desenvolvimento da estratégia da organização, a base teórica deveria ser o marxismo-leninismo.

Da extensa resolução do encontro (AMPL, 1979a), Ricardo Azevedo priorizou a narrativa do encaminhamento que teria desdobramentos práticos: o objetivo de formação do Partido Popular. Modulando as várias camadas da estratégia e da tática da APML, esclarece que não se tratava

do partido do proletariado, por que a construção deste se daria de forma clandestina, com caráter claro de classe e base teórica

marxista-leninista. Seria uma frente legal de atuação, mais à esquerda que o MDB, que deveria congregiar diversos setores. Ao lado do movimento dos sindicalistas combativos, deveriam estar no novo partido as organizações de esquerda [...]. Além disso, deveria congregiar muitos militantes de esquerda que atuavam de forma independente, os setores de base da Igreja [...] e a ala esquerda do MDB (AZEVEDO, 2010, p. 227).

Naquele contexto do início do período de abertura democrática, em que vicejaram debates e projetos de reorganização partidária, havia outras hipóteses de formação de um partido socialista e de massas, esboçadas ou apresentadas por diferentes forças políticas e sociais. A proposta da APML sofreu o impacto do surgimento e crescimento do movimento pró-PT, impulsionado pelos novos líderes sindicais.

A visão inicial que os dirigentes da APML formaram a respeito do movimento pró-PT – recorda-se Azevedo - era a de que se tratava de um projeto “confuso” e “estrito”. Imaginavam que a proposta “não contemplava setores que para nós eram extremamente importantes, seja das classes médias, seja da esquerda organizada ou de remanescentes de organizações de esquerda” (AZEVEDO, 2010, p. 228).

Em reunião com Luis Inácio da Silva (Lula) e com os sindicalistas, agendada pela APML com vistas a articular seu projeto de Partido Popular, tal imagem começou a ser desfeita: “houve um debate franco, em que tudo aquilo que aparecia como imagem negativa do PT, como uma proposta sectária, estreita, obreirista, o Lula rebateu” (AZEVEDO, 2010, p. 229). O autor assegura que saiu da reunião com a seguinte reflexão: “se eles concordam e aceitam todos os nossos pontos de vista e rebateram todas as críticas que fizemos [...], se eles têm muito mais força social do que nós, porque vamos ficar insistindo numa questão de nomenclatura?” (AZEVEDO, 2010, p. 229). Em reunião realizada em agosto de 1979, consolidou sua convicção e constatou que outros companheiros vinham aderindo à ideia.

Conquanto houvesse um setor da APML favorável à permanência no MDB, “aos poucos o grosso da organização foi aderindo à proposta de entrada no PT, de maneira que aquela formulação do Partido Popular, aquele consenso a que havia se chegado pouco tempo antes, em fevereiro, se esborouo rapidamente” (AZEVEDO, 2010, p. 231).

Em outubro de 1979, o Comitê Central aprovou e divulgou oficialmente decisão de aderir ao movimento pró-PT, deixando claro, contudo, que os objetivos que haviam movido a proposição do Partido Popular persistiam: “lutamos por uma concepção e não por um nome” (APML, 1979b, p. 12). De resto, a adesão ao PT preservava a APML como organização e não subtraía o objetivo, longamente cultivado, “de construção de um partido revolucionário do proletariado” (AZEVEDO, 2010, p. 233). Entendido como uma frente tática, o PT não seria esse partido para os objetivos estratégicos.

Ricardo Azevedo desligou-se da APML no início de 1980. Um motivo decisivo foi a revisão da tese de que o partido do proletariado, construído pela fusão da vanguarda ideológica com a vanguarda social, teria como núcleo principal a primeira:

Tudo aquilo que tínhamos concebido teoricamente estava se concretizando dentro do PT. A diferença principal é que sempre concebemos, eu pelo menos, que o processo de fusão da vanguarda social com a vanguarda política se daria em torno das organizações revolucionárias e sob sua hegemonia. O que estava acontecendo é que esse processo estava se dando em torno da vanguarda social, basicamente em torno das lideranças sindicais, inquestionavelmente a vertente principal da construção do PT. Isso fazia muita diferença (AZEVEDO, 2010, p. 234).

Tal avaliação estava assentada na percepção da fragilidade organizativa e política da APML, contraposta ao vigor dos novos movimentos dos trabalhadores: “as limitações da AP eram evidentes e de toda ordem. As limitações teóricas, a limitação da sua inserção social e nacional, a limitação da

capacidade dirigente dos seus quadros, a limitação na capacidade de formulação de linhas políticas” (AZEVEDO, 2010, p. 235). Indaga:

Qual o sentido de manter uma organização clandestina, com pequena expressão social, exclusiva quase que a setores de classe média, pouca implantação nacional, que não tem definições políticas mais claras, que vive grandes contradições internas, quando algo mais relevante para a história do movimento dos trabalhadores no Brasil, para a construção partidária, está acontecendo? (AZEVEDO, 2010, p. 235).

A APML sobreviveria por mais um curto período. Em razão da dificuldade de ação unitária, em maio de 1980, decidiu-se suspender aplicação do centralismo (APML, 1980). Para dar resposta à crise política e orgânica que se acentuava, realizou-se, em outubro daquele ano, o II Congresso da APML, no Rio de Janeiro. Extraíu-se um documento genérico e constituiu-se uma Comissão Nacional Provisória. Naquele quadro de fragilidade, a organização se desarticulou (OLIVEIRA JR, 2000; HARNECKER, 1994).

Acompanhando esse processo com relativa distância, Azevedo (2010, p. 237) descreveu o que denominou de “esvaziamento da organização”: “ela foi minguando e deixou simplesmente de existir, as reuniões não mais aconteciam, e em poucos meses, não sei exatamente quando, acabou. Acabou, sem que tenha ocorrido uma reunião, uma decisão formal propondo sua dissolução”.

Ricardo Azevedo elabora seu desligamento da APML como ápice da progressiva ruptura com o leninismo, processo em curso desde o exílio na França, quando começou a questionar as noções de partido de vanguarda e de ditadura do proletariado. Conclui: “foi com o surgimento do PT que eu abandonei teórica e praticamente, de maneira definitiva, essas ideias” (AZEVEDO, 2010, p. 245).

Salvo melhor juízo, o significado da ruptura com o leninismo está mais anunciado do que claramente elaborado. Em entrevista a Marta Harnecker (1994), Jorge de Almeida, ex-dirigente da APML, avaliou que, no contexto da

IV RNA, a organização mantinha-se como marxista-leninista, mas a compreensão do leninismo suscitava interpretações diversas.

Ricardo Azevedo alega que sua ruptura vinha se procedendo, desde o exílio, em favor das concepções de Gramsci. Ora, o pensador italiano considerava que sua estratégia para a revolução no Ocidente inspirava-se nas políticas adotadas por Vladimir Lenin. No Brasil, a recepção de Gramsci ofereceu vários registros. Se é verdade que inspirou políticas gradualistas no PCB, diferente era a tradução da “esquerda revolucionária”. Exemplo é um documento que a APML elaborou como subsídio à preparação da IV RNA, cuja redação deve ter contado com a participação de Azevedo, no qual categorias gramscianas são usadas com o objetivo de fundamentar a disputa de hegemonia para preparar a conquista violenta do Estado (APML, 1978).

A despeito do anunciado rompimento com o leninismo, é lícito conjecturar que as concepções de Azevedo ainda fossem, em alguma medida, tributárias do legado de Lenin. No documento *A crise da Ação Popular e o meu desligamento*, datado do início de 1980, ele fez críticas diretas ao revisionismo (tanto o soviético quanto o da nova linha chinesa) e ao esquerdismo. Sobre o processo de construção partidária, enfatizou que a base deveria ser o movimento real da luta de classes e, em particular, a dinâmica da classe operária, pressuposto que apontava para a questão do PT. A emergência da vanguarda social, representada pelos sindicalistas autênticos, fora da dinâmica das organizações revolucionárias, foi definida como “o maior tapa na cara que o movimento de massas dá à vanguarda autoproclamada” (AZEVEDO, 1980, p 28).

Entretanto, pelo que se lê no documento, o redimensionamento de sua concepção não excluía o objetivo de construção do partido revolucionário e a necessidade de ações de vanguarda. Reconhece que o PT não era ainda o partido “defensor dos interesses históricos da classe”, mas identificava nele

uma dimensão estratégica, como “palco orgânico privilegiado capaz de permitir a fusão da vanguarda ideológica com a vanguarda social” (AZEVEDO, 1980, p. 29). O processo partiria “da dinâmica viva do movimento social” e passaria “por um longo período de maturação em que as distintas correntes existentes no seu interior vão se conformando” (AZEVEDO, 1980, p. 29).

Respeitadas essas premissas, considerava fundamental que houvesse a atuação consciente da vanguarda ideológica no interior do movimento, “centrada principalmente na condução revolucionária das lutas e apontando a todo momento para a questão do poder político em suas manifestações concretas” (AZEVEDO, 1980, p. 30). Nesse sentido, seria “positiva a busca de articulação de vanguarda entre grupos e comunistas independentes, principalmente os que estão dentro do PT e que compartilham uma visão comum” (AZEVEDO, 1980, p. 30).

Seja como for, é a partir da baliza da ruptura que vinha promovendo e foi aprofundada posteriormente que seu livro de memórias analisou, retrospectivamente, a experiência que viveu na organização. No balanço sistematizado no livro, considera, então, que a adesão da AP ao marxismo deu-se sob o signo do dogmatismo, sem romper com a atitude religiosa presente em sua origem. Na disputa seguinte, declara compreender o motivo de a maioria da APML ter se inclinado a defender a fusão com o PC do B e depois a incorporação a seus quadros, tal era a convergência de ideias. Recusar esse caminho, como fez a minoria a que pertencia, significava não apenas o questionamento da linha política, mas “desbravar novos caminhos teóricos e políticos numa conjuntura absolutamente adversa” (AZEVEDO, 2010, p. 236).

Apesar de ter participado desse “desbravamento”, avalia que a história da APML, de certa forma, teria sido encerrada em 1973, baseando-se em três fatos: a) o cerco repressivo que atingiu todas as organizações de esquerda; b) o

racha vivido pela APMML, quando a maioria aderiu ao PCdoB; c) o processo de quedas dos quadros dirigentes do que restou da organização. Garantida pela perseverança de Jair Ferreira de Sá, pela rearticulação do movimento estudantil e pela reavaliação da tática eleitoral, a experiência posterior seria uma espécie de sobrevida.

Considerações finais

O livro de memórias de Ricardo Azevedo é um denso documento sobre a história da AP, não apenas pela narrativa que teceu, mas pela interpretação de episódios, dinâmicas e processos. Embora algumas passagens possam denunciar – fato não raro encontrado na produção de memórias - influência de elaboração posterior na apreciação de acontecimentos e decisões daquele período, com direito a inserções de pitadas de ironia na narrativa, trata-se de um depoimento que amplia o conhecimento e a reflexão sobre a história da Ação Popular.

Destaca-se, por exemplo, a forma como o autor, que não pertenceu ao rol dos fundadores da organização e não vivenciou por dentro a modificação de seu ideário nessa primeira fase, elaborou sua recepção do maoísmo. Pelo que se viu, independentemente da pertinência da hipótese de que tenha servido para ressignificar o imaginário dos militantes com passado cristão, o maoísmo exercia, em si mesmo, forte poder de atração. Também são ilustrativas as passagens que revelam Azevedo “com a cuca fundida”, abrindo-se à atualização de sua compreensão política, por meio da influência de experiências que viveu, no Brasil ou no exílio.

É recorrente em sua narrativa o apontamento da fragilidade organizativa da APMML, fosse no início da década de 1970, época em que oficialmente a organização elaborava políticas de ascensão revolucionária, fosse na segunda metade daquela década, período de reconstrução, quando a

cambiante conjuntura passava a ser pautada por novas dinâmicas e protagonizada por novos sujeitos políticos, oriundos dos movimentos sociais. Nesse diapasão, também relata a experiência de articulação da Tendência Proletária, que envolvia a APML e outras organizações.

São particularmente instigantes as passagens relacionadas a dois grandes momentos de inflexão da vida da APML, o que gerou a cisão de 1972-73 e o que elaborou, no final daquela década, a proposta de formação do Partido Popular e posterior participação no processo de formação do PT. No primeiro caso, o autor sistematiza, para além dos documentos oficiais, reflexões sobre as motivações da ala a que pertencia. No outro caso, ao mesmo tempo em que explica o posicionamento da APML, elabora sua reflexão sobre os signos da nova conjuntura, motivo, inclusive, de ter promovido uma ruptura política e organizativa no início de 1980.

Como regra, se a narrativa não está isenta de influência de análises amadurecidas posteriormente, a avaliação que desenvolveu em cada fase foi suficientemente sólida para gerar tomada de posições. Todavia, o balanço que sistematiza no final, segundo o qual a história da APML teria sido encerrada com a cisão de 1973 e o período posterior seria uma espécie de sobrevida, é uma construção da memória sem aparente relação com as motivações vividas naquela época. Do contrário, não faria sentido insistir na preservação e atualização de uma identidade política em uma nova conjuntura.

De qualquer modo, ainda que não seja representativa da forma como a organização elaborava sua própria experiência naquele momento e não seja compartilhada pela memória dos dirigentes de então, a contundente observação provoca uma reflexão sobre o tamanho da fratura vivida pela APML no início daquela década, no significado da experiência posterior e nos vínculos entre os dois períodos.

Referências

- AÇÃO POPULAR. *Documento base*, 1963.
- AÇÃO POPULAR. *Resolução política*, 1965.
- AÇÃO POPULAR. *Pesquisa sobre a situação da organização*, 1966.
- AÇÃO POPULAR. *Resolução sobre o debate teórico e ideológico*, 1967.
- AÇÃO POPULAR. *Os seis pontos*, 1968a.
- AÇÃO POPULAR. *Dois posições*, 1968b.
- AÇÃO POPULAR. *Audácia nos objetivos e rigor nos métodos*, 1969.
- APML. *Programa básico*, 1971.
- APML. *Desafio imediato: como fazer a transição necessária para garantir a realização vitoriosa do II Congresso da AP*, 1972.
- APML. *Vitória do marxismo-leninismo*. Res. Do CC da APML, 1973a.
- APML. *Incorporemo-nos ao Partido Comunista do Brasil*, 1973b.
- APML. *Boletim Central*, n. 8, 1974.
- APML. *Reorganizar e preparar o congresso*, 1976.
- APML. *Anteprojeto de Resolução – IV RNA*, 1978.
- APML. *Resoluções políticas da IV RNA*, 1979a.
- APML. *Avançar na construção de um Partido Popular aderindo ao movimento pró-PT*, 1979b.
- APML. *Resoluções políticas do Comitê Central*, 1980.
- AZEVEDO, Ricardo. *A crise da Ação Popular e o meu desligamento*, 1980.
- AZEVEDO, Ricardo. O plantão do napolitano. In FREIRE, Alípio, ALMADA, Izaias, PONCE, J. A. de Granville (Orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. Memórias de presos políticos. São Paulo: Scipione, 1997.
- AZEVEDO, Ricardo. *Por um trix*. Memórias de um militante da AP. São Paulo: Plena, 2010.
- DIAS, Reginaldo B. A história da Ação Popular escrita e reescrita por ela própria. *Diálogos*, Maringá, v.11, n. 3, p. 111-145, 2011.
- DIAS, Reginaldo B. A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B: uma análise da obra de Haroldo Lima e Aldo Arantes sobre a história da AP. *Diálogos*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 143-175, 2006.

DIAS, Reginaldo B. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. *Diálogos*, Maringá, v.11, n. 3, p. 163-198, 2007.

DIAS, Reginaldo. B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular*. Assis, 2004. Tese (Doutorado em História) – FCL/Unesp, 2004.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARNECKER, M. *O sonho era possível*. Havana: Casa América Livre, 1994.

OLIVEIRA JR, F. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Recife, 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Estevão e o PC do B*. São Paulo, 1999.

SERRA, J. *Cinquenta anos esta noite*. São Paulo: Record, 2014.

SOUZA, Herbert. et allí. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.

SOUZA. L.A. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

WRIGHT, P. S. *Cinco pontos de luta interna*. s/l, 1970.